

**A FORMAÇÃO PARA A *PARTICIPATIO ACTUOSA* NA LITURGIA: UM
DESAFIO PARA A PASTORAL LITÚRGICA**
FORMATION FOR *PARTICIPATIO ACTUOSA* IN THE LITURGY: A CHALLENGE
FOR LITURGICAL PASTORAL CARE

Rodrigo José Arnosos Santos*

Recebido em: 05/09/2024

Aprovado em: 13/10/2024

DOI: 10.57147/espacos.v32i01.919

Resumo

O Concílio Vaticano II acolhendo os apelos do Movimento Litúrgico, debruçou-se sobre o tema da liturgia e como resultado publicou o primeiro documento conciliar da história da Igreja dedicado a tratar sobre a sua vida litúrgica. O nascimento da *Sacrosanctum Concilium* representou uma virada copernicana para a vida celebrativa das comunidades eclesiais, pois ajudou a gestar novos tempos para um profundo processo de reforma e renovação da liturgia, em vista da participação ativa, consciente, plena e frutuosa dos cristãos nas ações celebrativas da comunidade eclesial. Entre os muitos temas tratados, um que assumiu grande relevância foi o da necessária formação do povo de Deus, em vista da *participatio actuosa*. Tal tarefa formativa, foi delegada à Pastoral Litúrgica, que daquele tempo aos nossos dias vem exercendo um importante serviço, em vista da superação do ritualismo, que torna a liturgia um momento celebrativo estéril, para atingir uma ritualidade que nos conduz a um encontro com o mistério, que somos chamados a celebrar e atualizar *per ritus et preces*.

Palavras-chave: Liturgia; Participação; Pastoral; Reforma; Renovação.

Abstract

The Second Vatican Council, taking up the calls of the Liturgical Movement, looked into the subject of the liturgy and as a result published the first conciliar document in the history of the Church, dedicated to dealing with its liturgical life. The birth of *Sacrosanctum Concilium* represented a Copernican turn for the celebratory life of ecclesial communities, as it helped to gestate new times for a profound process of reform and renewal of the liturgy, with a view to the active, conscious, full and fruitful participation of Christians in the celebratory actions of the ecclesial community. Among the many topics dealt with, one that took on great importance was that of the necessary formation of the people of God in view of *participatio actuosa*. This formative task was delegated to the Liturgical Pastoral, which from that time to the present day has been performing an important service in order to overcome the ritualism that makes the liturgy a sterile celebratory moment, in order to achieve a rituality that leads us to an encounter with the mystery that we are called to celebrate and actualize *per ritus et preces*.

Keywords: Liturgy; Participation; Pastoral; Reform; Renewal.

* Presbítero da Congregação do Santíssimo Redentor. Doutor em Teologia pela PUC-SP. Professor de Teologia no ITESP e UNISAL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0885-4652>. E-mail: rja.santos@itespteologia.com.br

Introdução

Na segunda metade do século XX a Igreja viu florescer um novo tempo de propícia renovação e reforma de seus processos de evangelização, da sua teologia, espiritualidade e liturgia com o anúncio da abertura do Concílio Vaticano II. O mundo estava saindo de duas grandes guerras mundiais, que engendraram muitas desigualdades sociais. A sociedade mundial passava por grandes transformações políticas, sociais, econômicas e religiosas. Diante de tal contexto, os antigos modelos eclesiais já não respondiam aos questionamentos suscitados pelos seres humanos contemporâneos. As realidades onde a Igreja se fazia presente exigia novas formas de ação pastoral, que tem como base a busca um profícuo diálogo entre teoria e prática.

Frente aos novos desafios apresentados pelo mundo contemporâneo, nas suas mais variadas facetas a convocação de um novo Concílio, se apresentou como uma resposta ousada, por parte da Igreja. Em tempos de grandes transformações, a comunidade eclesial não poderia manter-se indiferente. Fazia-se mister dar contundentes respostas, as questões, que colocavam em xeque a missão dos discípulos do Senhor. O Concílio Vaticano II desejado, anunciado e iniciado por João XXIII, que foi eleito pelos seus pares para ser um papa de transição será acolhido por alguns com grandes com suspeitas, por outros como um pertinente momento da passagem do Espírito pela vida da comunidade eclesial. Madrigal nos ajuda a entender a importância deste acontecimento eclesial quando afirma: “comunhão, colegialidade, participação, corresponsabilidade, fraternidade ecumênica, diálogo interreligioso e missão evangelizadora são os aspectos essenciais da doutrina conciliar e traçam as linhas de ação para o futuro eclesial” (MADRIGAL, 2017, 51).

O Concílio Vaticano II elegeu como primeiro tema de reflexão, a tratativa sobre a vida litúrgica da Igreja, buscando pensar um necessário processo de renovação e reforma da sua *lex orandi*. Isto se fazia necessário pois:

A liturgia é, sem dúvida a realidade mais viva e a expressão mais eloquente da vida da Igreja. Por meio da liturgia, a Igreja enuncia sua identidade reconhecida, sua capacidade renovadora, sua expressão criadora. É por meio da liturgia e na liturgia que a Igreja faz a experiência do seu ser e do seu existir. Por isso mesmo, podemos dizer que a liturgia é a própria Igreja, em sua densa relação simbólica com Deus e sua identidade (PARANHOS, 2022, 9).

Evidente que ao lado desta reflexão se pensava também a própria reforma da Igreja, na sua prática de construção teológica, pastoral e espiritual. Estes três elementos não podem ser dissociados, da vida litúrgica da Igreja. Mesmo diante de muitos oponentes o Concílio Vaticano II aconteceu e a partir das indicações dos padres conciliares, a Igreja deu audaciosos passos. Grillo nos ajuda a compreender tal audácia quando assevera: “o Concílio Vaticano II, de fato, foi um evento com o qual a Igreja católica repensou profundamente a sua identidade, sua relação consigo mesma e com o mundo” (GRILLO, 2022, 21). Por isso, sessenta anos depois nos passos deste importante evento eclesial, com audácia devemos continuar a repensar como promover a participação de todos os cristãos na liturgia.

Assim sendo, o escopo que nos impomos neste estudo é o de apresentar a importância da Pastoral Litúrgica na construção de um salutar caminho de formação do povo de Deus, para uma *participatio actuosa* na ação litúrgica, experimentada pela comunidade eclesial. Para atingirmos o nosso objetivo, à luz da *Sacrosanctum Concilium* (SC) e *Desiderio Desideravi* (DD) trataremos da importância da vivência da ritualidade na ação celebrativa, como estrada que nos leva ao Senhor, abordaremos o tema da assembleia como expressão da unidade do povo celebrante, ainda ressaltaremos o valor da ministerialidade litúrgica, como serviço ao Reino de Deus e evidenciaremos a urgente necessidade de conhecermos a *ars celebrandi*, a fim de entendermos a liturgia como ponto de chegada e de partida para toda a vida cristã.

1. Viver a ritualidade como momento de encontro com o Senhor

O final do século XIX e o início do século XX registra um novo tempo para à vida litúrgica da Igreja, que se fará ver até os nossos dias, nos processos de reforma e renovação da liturgia. No seio da Igreja aos poucos começam a surgir documentos pontifícios e estudos teológicos que colocam em evidência a necessidade de uma reflexão mais profunda, acerca do sentido da liturgia para toda a comunidade eclesial. Para o despertar de tal reflexão, contaremos com um número significativo de teólogos, que voltando as Sagradas Escrituras, Tradição e as fontes litúrgicas souberam, à luz da

história propor caminhos para uma vivência ativa, plena, frutuosa e consciente da liturgia. Entre os teólogos da liturgia podemos apontar Prosper Guéranger, Lambert Beauduin, Maurice Festugière, Odo Casel, Romano Guardini, Cipriano Vagaggini, Aniballe Bugninni entre muitos outros, que juntos lançaram, fomentaram e atuaram nos diversos momentos do Movimento Litúrgico, que se estende segundo Grillo até os nossos dias, nos frutos que colhemos da reforma e renovação do Concílio Vaticano II, na vivência da liturgia em nossas comunidades eclesiais (GRILLO, 2022, 68-71).

Partindo da Teologia Litúrgica engendrada por estes teólogos, já não era mais possível pensar celebrações onde o povo Deus, convocado para celebrar, pelo próprio Senhor, não era levado em consideração. Por isso, impunha-se a Igreja à necessidade de recuperar a ritualidade da liturgia, a fim de pôr fim, a um ritualismo, que gestou ações litúrgicas estéreis e incapazes de serem vividas como escola primeira de espiritualidade cristã. Isto porquê: “na liturgia, o Verbo da Vida se manifesta à comunidade reunida em seu nome através de sinais visíveis e sensíveis, sinais que atingem nossa capacidade sensitiva... e que provocam uma experiência ritual, uma experiência de Deus através da ação litúrgica” (BUYST, 2011, 41).

O ponto de chegada e de partida para um novo tempo de colheita para a vida litúrgica da Igreja, se dá com o advento do Concílio Vaticano II. Este tempo oportuno da passagem do Espírito de Deus, em meio a sua comunidade, traz um novo vigor para as ações litúrgicas da comunidade eclesial. Isto se dá, pois o primeiro documento deste concílio, da Igreja presente no mundo contemporâneo, nomeado de *Sacrosanctum Concilium*, tratou da renovação e reforma da sua liturgia, trazendo em seu amago os anseios e desejos dos protagonistas do Movimento Litúrgico. Como afirma Augé: “a *Sacrosanctum Concilium* se coloca decisivamente sobre o plano teológico. O interesse do documento se concentra não sobre os ritos em si, mas sobre os conteúdos da fé que esses devem exprimir” (AUGÉ, 2010, 52).

A SC apresentou-se como um importante itinerário para a renovação e reforma da vida litúrgica da Igreja. Por isso, até os nossos dias ela continua sendo uma fonte essencial, para iluminar os princípios para a motivação da participação ativa do povo de Deus, nas ações celebrativas da Igreja. Nela encontramos os elementos que nos ajudam, ainda hoje, a pensar a renovação e a reforma da liturgia, a partir do resgate do sentido de

sermos uma comunidade de batizados, isto é, povo sacerdotal. Marsili, refletindo sobre a contribuição do Concílio para esta questão apenas recordada, assevera:

o Vaticano II desemboca numa teologia da Liturgia, não partindo de uma pesquisa “a priori”, mas orientado por uma nova leitura e por uma reflexão da Liturgia em explicação pastoral, a tal ponto que seria mais certo se se falasse, a propósito do Concílio, de uma teologia da celebração litúrgica (MARSILI, 1987, 106).

O elemento povo sacerdotal se fará presente de modo explícito e implícito na SC. O próêmio e os 7 capítulos que a compõem, evidenciarão este conceito, pois a liturgia da Igreja é um direito de todos os batizados. Por isso, a consciência de sermos um povo sacerdotal, nos faz cômicos de que na liturgia não somos meros espectadores. Nela atuamos como batizados, membros do corpo místico do Senhor.

Porém, para atuarmos na liturgia é preciso resgatar a ritualidade como caminho que nos leva ao Senhor, pois em cada ação litúrgica, já começamos a pregar o que viveremos na eternidade, e aqui já experimentamos isto, *per ritus et preces*. Esta experiência a fazemos por meio da mistagogia. Isto é, somos conduzidos pelo próprio Cristo, ao coração do Pai, no Espírito a vivermos liturgicamente. Sobre esta forma de viver nos falou Guardini: “viver liturgicamente, é- levado pela Graça e conduzido pela Igreja - tornar-se uma obra de arte viva diante de Deus, sem outro fim que estar e viver na presença de Deus. É cumprir a palavra do Mestre e fazer-se criança” (2017a, 78). Este modo de viver, nos aponta a ritualidade, como a estrada a ser percorrida, para se atingir o mistério que celebramos, em comunidade.

O resgate da ritualidade como caminho de encontro com o Senhor, nos motiva a recuperar alguns princípios que encontramos nos capítulos que compõem a SC, pois “a ação litúrgica como um todo é chamada a expressar e deixar transparecer a ação de Cristo Ressuscitado e de seu Espírito, “pascalizando” nossas vidas, estreitando nossos laços com o Pai e entre nós, capacitando-nos para a missão” (BUYST, 2011, 44). Em tempos que muitos trabalham, para desacreditar os motivos de uma reforma e renovação litúrgicas em construção, retomar os dados deste importante documento conciliar, nos imuniza da tentação do desejo de retroceder, no caminho já percorrido. Impedir este processo de reforma e renovação da liturgia é fechar-se ao Espírito, que nos chama a um

novo tempo e a uma nova maneira de rezar ao Pai. Aqui Boselli nos ajuda pensar a necessidade da continuidade desta reforma quando afirma: “o futuro do cristianismo, no ocidente, depende, em grande medida, da capacidade que a Igreja terá de tornar a sua liturgia a fonte de vida espiritual dos fiéis” (BOSELLI, 2017, 9). Partindo deste pensamento, foi e continua sendo importante na esteira do Vaticano II, a superação do ritualismo.

Com o escopo de superar o ritualismo, que acabou engendrando uma liturgia clerical e distante do povo de Deus, no seu início a SC já nos recorda que é tarefa da Igreja pensar e fomentar a sua vida litúrgica (SC 1). Para isto, sem a pretensão de definir o que é liturgia, o documento conciliar procura oferecer alguns elementos teológicos que fundamentam as ações litúrgicas. Estes elementos têm a sua síntese no termo Mistério Pascal.

Trazer à luz a teologia do Mistério pascal contribuirá para a superação de uma ideia reducionista da celebração eucarística, apenas como recordação do calvário de Cristo. Ressaltar o Mistério Pascal é fazer memória da paixão, morte e ressurreição do Senhor. São estes mistérios que somos exortados a rezar como comunidade eclesial. Por isso, cada ação litúrgica da Igreja será sempre um momento de atualização da *historia salutis*. Como batizados participamos deste mistério, pois com Cristo morremos e com ele renascemos para uma vida nova.

A liturgia é parturiente, dá vida. Por isso, a liturgia não determina por si mesma o seu próprio fim, mas o recebe da realidade santa que celebra e da qual é nada mais do que serve: o mistério de Deus, em Cristo que, na profissão de fé, confessamos ser por nós homens e pela nossa salvação” (BOSELLI, 2017, 10).

Para compreendermos a importância da recuperação da Teologia do Mistério Pascal e da riqueza da ritualidade litúrgica, nos impomos como tarefa, percorrer de forma sumária os capítulos que compõem este importante documento conciliar que até os dias hodiernos continua a iluminar a reforma e a renovação da liturgia da comunidade eclesial. Nas entrelinhas destes capítulos torna-se claro o que é a *participatio actiosa* e a necessidade de formarmos os membros da Igreja, para esta ação. “A participação ativa condensa em si um desejo de renovação inspirado pela descoberta e pelo estudo das fontes históricas antigas, um desejo que pôde articular-se

também no contexto da modernidade, mas não tinha precedentes sólidos” (CARDITA, 2018, 13).

Tendo apresentado no proêmio uma introdução sobre os propósitos do Concílio acerca da reforma e renovação da liturgia da Igreja, no capítulo I a SC indicará os princípios para se engendrar e incrementar a vida litúrgica da Igreja. Recordemos que a tarefa não se apresentava como algo muito fácil, porém, o Movimento Litúrgico com os seus importantes personagens, lançaram os alicerces, para a construção de uma sólida Teologia Litúrgica, capaz de gerar uma virada copernicana, nas ações celebrativas da Igreja. Nas linhas deste capítulo registra-se os temas da natureza da Sagrada liturgia e a sua importância na vida da Igreja. A temática se desdobra na tratativa da necessidade de se promover a formação litúrgica, em vista da *participatio actuosa*. O termo já havia aparecido na encíclica sobre a liturgia da Igreja, *Mediator Dei*, de Pio XII, mas esta participação tinha apenas uma referência mental neste documento (CARDITA, 2018, 13). Por isso, na sequência a SC tratará das normas para que se possa promover a reforma da liturgia. Nestes primeiros números, busca se evidenciar, no que se refere a reforma, as normas gerais, que derivam da natureza hierárquica e comunitária da liturgia, aquelas que estão relacionadas a sua natureza didática e pastoral da liturgia. O documento ainda continua abordando as normas referentes a adaptação da liturgia em referência a tradição dos povos, o seu incremento na vida da Igreja diocesana e paroquial. A conclusão do capítulo traz à tona a discussão sobre a implantação da Pastoral Litúrgica, como um importante caminho para a promoção da *participatio actuosa*. O coração deste primeiro capítulo da SC está no número 7, onde são apresentadas as diversas maneiras da presença de Cristo na Liturgia.

No segundo capítulo encontramos uma importante reflexão sobre o mistério da Eucaristia. Aqui se resgata o caráter comunitário-assembleal da comunidade que se reúne para celebrar o Mistério Pascal, em torno das duas mesas, isto é, da Palavra e da Eucaristia. A celebração da eucaristia recorda o sacrifício da cruz que tem o seu ápice na Ressurreição do Senhor. Por isso, pede-se uma renovação do rito desta celebração. Aqui vemos a passagem de um *ritus servandus* para um *ordo missae*. Propõem-se para este novo rito o resgate de dois importantes elementos esquecidos na história da liturgia a homilia e a oração universal. Faz-se mister considerar ainda dois outros elementos

propostos, isto é, a valorização da língua vernácula e o ampliação do uso da palavra de Deus, que dará origem a um novo elenco de leituras para a celebração da eucaristia. A Palavra de Deus deve ser oferecida à comunidade eclesial, reunida em assembleia de uma forma abundante. “A assembleia litúrgica é a reunião dos fiéis, convocados pela Palavra de Deus anunciada por um dos seus ministros, para celebrar os Mistérios da salvação, orar em comum e crescer na caridade” (ELBERTI, 2024, 39).

A reforma e renovação da celebração eucarística impulsiona a necessidade de se renovar os outros sacramentos e sacramentais. Desse modo, no terceiro capítulo se estabelece as normas para a renovação dos livros litúrgicos para a celebração dos sacramentos e sacramentais. Os antigos rituais deveriam ser revistos, a fim de fazer nascer livros, onde não apenas teríamos um rito para a ser celebrado, mas antes mesmo da proposta do caminho celebrativo, a comunidade encontraria as orientações e o sentido de celebrá-lo. A reforma e a renovação dos livros litúrgicos, deveria levar em consideração a importância de formar o povo de Deus, para bem celebrar o mistério da fé. Na celebração os batizados devem ser envolvidos, por isso, para bem celebrar o mistério da nossa fé e atualizá-lo, era preciso levar em consideração a ministerialidade do Corpo Místico do Senhor. Isto porque: “o rito celebrado – celebrado não simplesmente o ordo ritual, mas o ordo transformado em ação pela celebração da Igreja – reconduz a Igreja à sua fonte e ao seu ápice” (GRILLO, 2017, 47).

No quarto capítulo os padres conciliares dedicaram-se a estabelecer a Teologia Litúrgica do Ofício Divino, que mais tarde assumirá o nome de Liturgia das Horas. A mudança do nome foi fundamental, pois ele foi responsável para iluminar as diversas horas que a comunidade eclesial é chamada, durante o dia, a celebrar e recordar a memória do Mistério Pascal. As regras estabelecidas para a renovação desta oração que é de todos os membros da Igreja, facilitou em partes o seu acesso a todos os batizados. A reforma das horas, do ordinário e a reorganização do saltério, ajudou para enriquecer as horas com textos das Sagradas Escrituras, da Tradição e do Magistério da Igreja. Mesmo sendo uma oração complexa, o Ofício Divino reformado configura-se como um valoroso livro que nos ajuda a adentrar no universo da Tradição da Igreja. “A Liturgia das Horas tem uma primeira dimensão trinitária, que é ao mesmo tempo cristológica e

pneumatológica. Nesse sentido, a Liturgia das Horas reflete o colóquio amoroso e eterno entre as Pessoas divinas” (MARTÍN, 2006, 428).

O quinto capítulo estabelece os importantes elementos para a reforma e renovação do Ano Litúrgico. Deve ele evidenciar a importância de cada tempo litúrgico e o mistério que somos chamados a celebrar. Tem ele por escopo apresentar os mistérios da vida de Cristo, que somos chamados a celebrar e atualizar *per ritus et preces*, no raio de um ano. Esta parte do documento ainda ressaltará a importância da celebração da memória da Bem-aventurada Virgem Maria no decorrer do ano, bem como a celebração memorial dos santos e santas. As orientações dadas pela SC para a renovação do Ano Litúrgico o tornam mais dinâmico e ao mesmo tempo um caminho sacramental e mistagógico, para se adentrar no Mistério de Cristo. Porque o ano da Igreja é Cristo mesmo presente na sua comunidade eclesial. “A essa realidade sacramental e mistagógica do ano litúrgico se une o seu valor como itinerário de fé e de formação cristã para toda a comunidade cristã e como marco espiritual mais adequado para a ação pastoral da Igreja” (MARTÍN, 2006, 325).

Sabedores da importância da música sacra, os padres conciliares debruçaram-se sobre este tema, quando dedicam um capítulo, que é o sexto para abordá-la na SC. A música sacra não é um adendo da liturgia, mas é a própria Palavra de Deus cantada. Por isso, é preciso apresentar os elementos que ela deve conter, a partir do seu uso na liturgia (MARTÍN, 2006, 181). Ainda se orienta sobre a sua execução e os instrumentos a serem utilizados. Precisamos recordar que a SC ainda fará referência sobre a importância da adaptação da música sacra, nas diversas realidades e culturas onde a Igreja se faz presente.

No sétimo capítulo a arte sacra será recordada e ao seu lado a SC se referirá as alfaias litúrgicas. Em uma reforma e renovação da liturgia não se poderia deixar de lado, os elementos materiais que nos ajudam a contemplar o mistério que somos chamados a celebrar. Repensar os espaços e os sinais litúrgicos se apresentava como uma urgência, pois era preciso resgatar a nobre simplicidade da liturgia romana. O fausto não nos lança, no mistério. Para se atingir o *kalos* de Deus, era preciso uma arte que nos conduza a oração e sinais que façam ver o Mistério de Cristo, que se revela ao ser humano que é chamado a celebrar. Como nos recorda Guardini: “a liturgia é um mundo

de realidades misteriosas e santas, tornadas presentes em forma sensível: tem por isso caráter sacramental” (GUARDINI, 2017b, 9).

A SC representou um novo tempo para a vida litúrgica da Igreja. Até os nossos dias, este documento vem indicando o caminho litúrgico que precisamos percorrer, para que a ritualidade da liturgia nos ajude a celebrar o mistério, com o fim de encontrar na celebração uma fonte perene de espiritualidade. Em linhas gerais a *ecclesia orans*, deve ser formada pela e na liturgia. Viver a ritualidade litúrgica é termos a consciência de que não somos meros espectadores nas ações litúrgicas, mas membros vivos e ativos de uma assembleia, que convocada pelo Senhor é chamada a celebrar e atualizar o Mistério Pascal, que sustenta toda a vida da comunidade eclesial. Por isso, tendo rememorado os importantes elementos que engendrou a reforma e renovação da vida litúrgica da comunidade eclesial, a partir da SC, que busca abordar a vida litúrgica da Igreja na sua plenitude, a tarefa que agora nos impomos é a de abordar o tema da assembleia, como indicativo da unidade do Povo de Deus.

2. A assembleia litúrgica como sinal da unidade do Povo de Deus

A ritualidade litúrgica é vivida em meio a uma assembleia celebrante, que não se constitui por si mesma, mas como uma resposta a convocação, que Deus faz ao seu povo, para se reunir, celebrar e atualizar o mistério da nossa salvação. O povo congregado para celebrar é presidido pelo próprio Cristo, que é o protagonista da liturgia e no seu Espírito forma e motiva os que compõem a assembleia a encontrarem na liturgia, a fundamental escola de espiritualidade cristã. “A assembleia é um encontro de cristãos na fraternidade, portanto, sem exclusões e sem distinções: toda pessoa batizada e em comunhão com a Igreja pode acessá-la e participar da celebração comum” (ELBERTI, 2024, 39).

O Movimento Litúrgico que preparou a SC, entre as muitas questões que abordou está a da importância da assembleia litúrgica, como espaço da manifestação de Deus e sinal do povo congregado para a celebração de um memorial. O memorial que este povo é chamado a celebrar remete a história da salvação. Na plenitude dos tempos, Deus após ter falado no Antigo Testamento através dos profetas, agora irrompe na

história, no seio da Virgem Maria. No Verbo que se faz carne e arma a sua tenda entre à humanidade, Deus, por intermédio do seu Filho une toda a criação a si e nos dá acesso ao culto. A DD 10, nos ajuda a entender esta dinâmica memorial quando afirma: “a encarnação, além de ser o único e novo acontecimento, é também o método que a Santíssima Trindade escolheu para abrir o caminho da comunhão a nós. A fé cristã, ou é um encontro vivo com Ele ou não é”.

Todavia, para que alguém tome parte na assembleia é preciso descer nas águas, isto é, ser iniciado. A iniciação é um processo, que introduz a pessoa no corpo místico do Senhor e isto se dá por meio do batismo-confirmação. Aqueles que o recebem se tornam participantes da vida de Cristo. Passam a fazer parte de uma comunidade, que é sempre chamada a prestar de forma comunitária um culto ao seu Senhor, por Cristo, no Espírito. “A Igreja de Cristo, enquanto corpo de Cristo, exatamente no ato de culto, age em conjunto e é feita, atua e é, de algum modo, criada” (COLA, 2020, 143).

Ser batizado é o primeiro passo para se tomar parte em uma assembleia litúrgica. Todavia, precisamos ressaltar que a confirmação assume também um papel fulcral, na tomada de consciência de que tudo que realizamos é feito, sob a guia do Espírito, que nos dá a sabedoria necessária, para compreendermos qual é a tarefa, que toca a assembleia reunida, em nome do seu Senhor. Porém, o ápice de nossa participação em uma assembleia se dá no tomar parte no banquete eucarístico. Em síntese com Martimort podemos afirmar: “A assembleia litúrgica é essencial aos cristãos e à Igreja, até o ponto de que, sem ela, não haver cristãos nem Igreja: só há caos, erro, dispersão, falsa mística, deformação da obra de Cristo” (MARTIMORT, 2000, 50).

A nossa participação em uma assembleia litúrgica, paulatinamente nos faz compreender que como parte do povo de Deus, cada vez que nos reunimos ele está no meio de nós, por isso, os nossos corações estão nele e por este motivo devemos dar graças. Por intermédio de um duplo movimento, denominado de anabático e catabático, aqueles que compõem a assembleia dirigem-se a Deus e Ele vem ao encontro do seu povo.

A presença de Cristo em meio ao seu povo, nos ajuda a pensar quatro elementos que caracterizam a assembleia. Por ora já podemos indicá-los para depois melhor desenvolvê-los. Ela é: lugar de culto, espaço para o anúncio da Palavra, momento de

partilha do alimento eucarístico e por fim, lugar oportuno para o envio dos discípulos de Cristo. Procuremos desdobrar cada uma destas características, que nos ajudam a perceber a reunião dos cristãos, como sinal da unidade do povo de Deus.

Não podemos pensar a vida cristã sem o culto. A SC no número 10 afirmará que a liturgia é *fons et culmen* de toda a vida cristã. Este importante artigo nos indica que os membros da comunidade eclesial, encontram na liturgia as energias necessárias para alimentar a fé e os motivos que a anima no serviço do anúncio da Boa Notícia. A partir destas indicações, podemos afirmar que a assembleia é um importante lugar de culto. O culto cristão é sempre um ato comunitário (GRILLO, 2024, 407). Na assembleia reunida é possível observar tal dimensão. Através da ritualidade litúrgica as vozes daqueles que estão reunidos, se transformam em uma única voz, que por meio de Cristo chega ao Pai, sob o impulso do Espírito em louvor, aclamação, súplicas e agradecimentos. “O sujeito da ação litúrgica é o povo de Deus reunido em assembleia; é formada por pessoas humanas. Por isso, não podemos separar a dimensão teológica da dimensão antropológica” (BUYST, 2011, 55).

O culto prestado a Deus pelos membros da assembleia, desperta e alimenta nos membros da Igreja, o sentido de pertença ao povo Deus. Pertencer a este povo exige momentos de paradas, a fim de que se tome consciência da sua razão de ser. O povo congregado, para o culto não está para si mesmo, mas para Deus. A compreensão desta realidade nos faz superar a tentação do individualismo e intimismo que contamina a experiência cultural em tempos hodiernos. Um verdadeiro culto nunca será expressão de um eu, mas visualização de um nós, isto é, expressão viva da unidade dos ramos ao tronco da videira, que é o Cristo.

É então o culto, um momento fundamental de encontro da comunidade com Aquele que é o seu fundamento primeiro, o Cristo. Ele é o grande mistagogo, que nos conduz ao coração do Mistério Pascal, que deve envolver todo o nosso ser e nos fazer verdadeiramente conscientes da nossa vocação discipular, que deve se revelar em atitudes de sinodalidade. O agir sinodal a partir do culto é o ápice da compreensão que somos membros do corpo do Senhor. Sinal de um povo, que com Cristo, unidos ao Pai desejam ser apenas um. Por isso, “quando os Padres afirmam que Jesus é mistagogo, e

que ‘tudo que fez e ensinou desde o começo (At 1,1)’ foi uma iniciação ao mistério de Deus” (BOSELLI, 2017, 21).

Como povo, que em Cristo e no Espírito presta um culto ao seu Senhor, a comunidade eclesial se deixa guiar pelo anúncio e acolhida da Palavra de Deus. A Palavra proclamada em cada encontro comunitário, onde se busca celebrar e atualizar o Mistério Pascal, alimenta e fundamenta o sentido do povo que se reúne em assembleia. Os antigos testemunhos sobre a reunião da Igreja, para celebrar a eucaristia, nos aponta a valorização que as primeiras comunidades davam a escuta da Palavra. Por um tempo esta escuta, será menos exercitada. Porém, após o Concílio Vaticano II assistiremos um importante trabalho de conscientização entre os cristãos católicos, acerca da importância do exercício para a leitura, escuta e meditação da Palavra de Deus. Na “conjunção teológico-dialógica, a assembleia litúrgica é o momento e o lugar privilegiados em que a Palavra de Deus e a comunidade reconhecem-se, envolvem-se e compartilham suas capacidades e demandas, suas exigências e proposições, suas promessas e dons (COLA, 2020, 182).

Na SC encontraremos inúmeros parágrafos que nos indicarão à necessidade dos pastores estarem atentos, para que nas ações litúrgicas, a Palavra de Deus seja anunciada de uma forma abundante. “Tudo por que palavra e assembleia interagem da maneira mais íntima e direta que se possa imaginar, consoante com toda disposição da economia salvífica” (COLA, 2020, 182). Este pensamento nasce da consciência de que múltiplos são os tesouros que podemos recolher da Palavra de Deus, proclamada e refletida na assembleia orante.

Faz-se mister aqui registrar, que ao lado da valorização do anúncio da Palavra encontra-se o desenvolvimento da prática da homilia. O Papa Francisco na Exortação Apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo *Evangelii Gaudium* reservará um número significativo de artigos para discorrer sobre a importância da homilia em cada ação litúrgica. Ele não só reconhece o valor da homilia, mas dos momentos que antecedem a sua realização, que constituem o tempo de sua preparação. Ao ministro ordenado, a quem na celebração é confiada a homilia é exigido um preparo intelectual, humano e espiritual. A homilia não é um momento de defesa de teorias morais ou divulgação de ideologias. Ela deve ser uma contundente exortação a vivência

da Palavra anunciada. Por isso, numa homilia se propõe uma ideia, uma imagem e um exemplo a ser vivido.

Neste sentido a homilia se transforma numa ação formativa, isto é, um momento oportuno que auxilia todo o corpo celebrante, denominada povo de Deus a inteligir o mistério celebrado. Daqui decorre podermos afirmar a sacramentalidade da homilia. Quando bem-preparada, a partir de um diálogo entre fé e razão, ela toca os corações e recorda ao homem e a mulher de nosso tempo, o que é viver a experiência de uma Igreja em saída, em permanente estado de missão e conversão.

Hoje mais do que nunca, em tempos de resgate de uma teologia estéril da prosperidade, a homilia proferida no seio de uma assembleia, deve assumir sempre um tom de profetismo, tocando assim o coração do ser humano, que se coloca em oração e precisa ser tirado de sua zona de conforto, para sentir e ajudar o outro a sair da dor. Transcorridos 60 anos do encerramento do Concílio Vaticano II, ainda temos um caminho longo, para recuperar o valor dado a homilia pelas comunidades primaveris.

A Palavra proclamada, meditada e rezada pela assembleia conduz a um outro importante momento da celebração que é o da Liturgia Eucarística. A reunião para a partilha do pão eucarístico só tem sentido, quando é iluminada e significada pela Palavra de Deus, proclamada na liturgia. Aqui recordamos, que na ação litúrgica, o Evangelário conduzido solenemente na procissão de ingresso é depositado no mesmo local onde depois serão depositos o pão e vinho, que pela oração da Igreja se tornarão o corpo e sangue do Senhor.

Daqui decorre o grande esforço que a Pastoral Litúrgica deve engendrar, com o escopo de fazer as nossas comunidades compreenderem a unidade entre as duas mesas: a da Palavra e a da Eucaristia. Uma mesa conduz a outra e estes dois alimentos se completam no contexto da ação litúrgica, para alimentar a vida de fé, dos que se congregaram após serem chamados por Deus. “Ao ser convocado à assembleia, isto é, a sua reconstrução na palavra que se fez carne – Cristo -, o ser humano é investido pelo Espírito, que é quem recria efetivamente” (COLA, 2020, 183).

A necessidade da constituição de uma assembleia para a celebração da eucaristia, nos ajuda mais uma vez a confirmar o seu caráter comunitário. Numa ação litúrgica o eu, dá espaço ao nós, pois é num espaço inundado de fraternidade que o pão

e o vinho se repartem e todos saem saciados do banquete. “A assembleia litúrgica não é, portanto, autoconvocação do povo dos fiéis, porque, na origem de cada liturgia, está o chamado de Deus e a resposta do povo” (BOSELLI, 2017, 103).

Ainda recordamos um último elemento que a assembleia litúrgica nos faz pensar. Todo encontro orante da comunidade eclesial tem um começo, meio e fim. Para os cristãos isto se faz ver nos ritos e preces que são propostos para celebrar o mistério. Tudo começa com os ritos iniciais, que nos lança na Liturgia da Palavra, que nos encaminha para a Liturgia Eucarística, que nos impulsiona a viver os ritos finais ou de envio. A celebração da eucarística se conclui com o envio da assembleia, em nome da Trindade. O que se vê neste momento não é a dispersão de um grupo, que até então estava reunido para celebrar. O que se constata é a entrega de um mandato a homens e mulheres, que tomados pelos mesmos sentimentos de Cristo, são enviados para testemunhar tudo o que viveram e aprenderam durante a celebração. O momento do envio em uma celebração, nos ajuda a entender que somos um povo de enviados. Chamados a testemunhar a força transformadora e profética do Evangelho. Assim, como somos acolhidos pela Trindade no início de uma ação litúrgica, ao seu término somos por ela abençoados e em seu nome enviados.

Este momento de envio da assembleia litúrgica para anunciar o que se viveu na liturgia, nos recorda uma grande verdade. “A liturgia é a primeira e fundamental escola do mistério da Igreja e de sua humanidade. Isso significa transmitir: não ideias ou noções, mas a sabedoria das coisas humanas inspiradas por Deus” (BOSELLI, 2020, 195).

Em síntese a assembleia litúrgica reunida é sinal da unidade do corpo místico de Cristo. Nela contemplamos os anseios, as tristezas e as alegrias de uma comunidade que se congrega, através da fé, num ato comunitário, que coloca fim a qualquer ação litúrgica intimista, para louvar o Senhor.

O ato de celebrar em assembleia, testemunha que somos um povo que encontra na liturgia a sua fonte e cume para se conhecer e viver a espiritualidade cristã. Côncios de que formamos na fé um corpo, participamos desta assembleia por meio dos diversos ministérios que a compõem e que nos ajudam a superar a tentação de sermos meros

espectadores. Já que nos referimos a questão dos ministérios, vejamos com maior profundidade qual é a sua razão de existir no seio de uma assembleia litúrgica.

3. A ministerialidade litúrgica como serviço ao Reino

Tendo evidenciado a assembleia litúrgica como sinal da unidade do povo de Deus, a tarefa que agora nos dedivaremos é aquela de discorrer sobre a ministerialidade exercida por aqueles que são convocados pelo Senhor, para celebrarem e atualizarem o Mistério Pascal. Na liturgia terrena somos exortados a viver antecipadamente aquilo que viveremos na liturgia celeste. “Na liturgia o homem concentra o olhar, não em si, mas em Deus” (GUARDINI, 2017a, 72).

Pela liturgia nos encontramos com o Senhor. Através de símbolos, preces e ritos temos a oportunidade de vivê-la como uma escola fundamental de vida cristã, que nos coloca na presença do Mistério, que somos chamados a celebrar e atualizar. Todavia, não podemos pensar uma ação litúrgica em que os membros que compõem a assembleia, não tenham uma atuação durante a celebração. Isto porque, “participando dos ritos, somos chamados a participar sempre mais plenamente do mistério pascal de Jesus Cristo para sermos transfigurados, transformados nele” (BUYST, 2011, 143).

A celebração da liturgia exige um envolvimento ordenado de todos os que tomam parte em uma assembleia litúrgica. Entretanto, precisamos entender bem como se dá tal participação. Logo após o Concílio Vaticano II, quando se começou a pensar a reforma e a renovação da liturgia à luz das orientações da SC, uma ideia equivocada sobre a *participatio actiosa*, conduziu os cristãos a viverem celebrações, onde muitos pensavam, que deveriam realizar todos os ministérios, para promover a participação de todos os cristãos na liturgia. Tal ideia é superada, quando a participação é compreendida por um outro viés, isto é, “o comportamento comunitário expressa a participação vigilante, pronta e diligente na ação sacra” (ELBERTI, 2024, 41).

Na própria SC encontramos a resposta para a superação deste equívoco. Muitas são as formas de participação como: canto, gestos, palavras e por meio do silêncio. Isto nos faz pensar, que o agir litúrgico é sempre ordenado. “Tudo que é feito na celebração deve manifestar a colaboração orgânica de todos na ação sagrada” (ELBERTI, 2024,

40). Por isso, cada ministério dentro de uma celebração deve sustentar e promover os outros ministérios. Isto porque, a comunhão dos ministérios tem como resultado uma liturgia performativa, capaz de formar e promover à vida cristã. A celebração deve nos formar, no Espírito para uma vida em Cristo. Sobre isto podemos nos reportar as palavras de Francisco:

A celebração diz respeito à realidade de sermos dóceis à ação do Espírito, que nela opera, até que Cristo seja formado em nós (cf. Gl 4,19). Repito: não se trata de um processo mental e abstrato, mas de se tornar Ele. Essa é a finalidade para a qual o Espírito, cuja ação é a de, sempre e unicamente, compor o corpo de Cristo (DD 41)

Os novos rituais para a celebração da liturgia, procuram sempre colocar em evidência o valor da ministerialidade. Com isto as instruções dos livros litúrgicos testificam que a liturgia é um direito de todo o povo de Deus, não abrindo espaço para celebrações que promovem atitudes intimistas. Os livros litúrgicos, bem assimilados, assumem um papel fundamental de formação de uma assembleia que sabe celebrar com todo o seu coração, alma e espírito. Daqui decorre que: “a pedagogia da oração litúrgica latina faz o cristão cumprir um lento e difícil itinerário de essencialização de sua oração, de despojamento do supérfluo, de purificação do conteúdo e da forma” (BOSELLI, 2017, 139).

Em tempos hodiernos, onde ainda vivemos processos de reforma e renovação na liturgia, em que o Movimento Litúrgico continua a atuar em favor do fomento e promoção da vida litúrgica da Igreja, voltarmos a SC nos abre o pensamento para entendermos a necessidade de uma revalorização de uma ministerialidade a serviço do Mistério Pascal. Aliás, a consciência do significado do Mistério Pascal é o que contribui, para que os membros de uma assembleia litúrgica se aproximem da ação celebrativa, permitindo-se formar pela liturgia, para dela viver. “A participação na liturgia requer a devida formação litúrgica. O Concílio já apontou claramente para isso em SC 14-20” (BUYST, 2011, 54).

Deste ponto é mister corroborarmos que todos os ministérios litúrgicos são importantes. Na liturgia, estes se colocam a serviço do anúncio da palavra e faz todos participantes de um mesmo pão. “A liturgia não nos deixa sozinhos na busca de um

presumido conhecimento individual do mistério de Deus, mas nos leva pela mão, juntos, como assembleia, para nos conduzir ao mistério da Palavra e os sinais sacramentais revelam” (DD 19).

É fundamental aqui registrar, que o exercício de um ministério na liturgia, nos faz recordar a imagem da videira presente no Evangelho de João 15. Cristo é o troco e os membros da comunidade cristã são os ramos. Na ação litúrgica cada ministério está ligado a Cristo. Só é possível celebrar unidos a Ele, no Espírito. É somente por intermédio dele que temos acesso ao Senhor, e a Ele podemos elevar o nosso louvor:

O encontro com Deus não é fruto de uma busca interior individualista por ele; mas, sim, um acontecimento que é dom: podemos encontrar a Deus pelo fato novo da Encarnação que, na Última Ceia, chega ao extremo de desejar se fazer alimento por nós (DD 24).

Na ação litúrgica o exercício de um ministério é sempre expressão da presença de Cristo, que por meio do seu Espírito guia o povo celebrante ao encontro com Deus (SC 7). Por isso, o exercício de um ministério não se configura como uma obrigação, mas um doar-se, para que o culto cristão seja experimentado por todos que dele participam, como *fons et culmen* de toda a vida cristã. A consciência acerca do sentido do exercício de um ministério na ação litúrgica, auxilia os membros da comunidade eclesial a compreenderem o sentido da sacramentalidade que comporta o serviço que cada batizado realiza durante a celebração do mistério. “A comunicação do mistério passa por gestos e palavras sugestivas, expressivas, isto é, através de uma linguagem que toca nosso ser por inteiro” (BUYST, 2011, 41).

Em tempos hodiernos, sabemos que àqueles que são convocados a tomarem parte de uma assembleia litúrgica, precisam percorrer uma longa estrada, a fim de compreenderem o sentido teológico-litúrgico que envolve todo o exercício ministerial. Isto se torna crível, para que a liturgia da comunidade eclesial, não seja instrumentalizada. Pensamos ser oportuno mais uma vez, recordar que na liturgia o eu, deve dar sempre lugar ao nós.

Assusta-nos hoje, 60 anos depois da publicação da SC pensar em ações litúrgicas que transformam o culto cristão apenas num ato de intimista com Cristo. Liturgia é

encontro com Cristo, que nos impulsiona a viver a fraternidade em meio a uma comunidade.

Por isso, um batizado no exercício do ministério litúrgico, se deixa plasmar pelo Espírito, buscando uma vida segundo a de Cristo. Daqui decorre a urgente necessidade de despertar em nossas comunidades a compreensão de que todo serviço, e aqui de modo mais concreto na ação litúrgica, convergem para a construção da comunidade, Corpo Místico do Senhor, sinal de que o reino de Deus vai se ampliando cada vez mais, em meio aos desafios que se colocam a vida da Igreja, que não deve render-se ao mundo, mas deve saber propor uma nova forma de se viver. Sobre isto a DD assevera:

Devemos, porém, estar atentos: para que o antídoto da liturgia seja eficaz, nos é pedido redescobrir, a cada dia, a beleza da verdade da celebração cristã. Refiro-me novamente ao seu significado teológico, assim como está admiravelmente descrito no n. 7 da Sacrosanctum Concilium: a liturgia é o sacerdócio de Cristo revelado e entregue a nós em sua Páscoa, presente e ativo hoje por meio dos sinais sensíveis (água, óleo, pão, vinho, gestos, palavras) para que o Espírito, submergindo-nos no Mistério Pascal, transforme toda a nossa vida, conformando-nos a Cristo cada vez mais. (DD 21)

O exercício de um ministério no seio de uma assembleia litúrgica, por si só já é formativo. Pois já exorta todo o povo que se reúne para celebrar, a viver o espírito de comunhão entre os membros da Igreja, a fim de que isto possa espalhar-se por outras áreas da vida comunitária e presença nossa no mundo.

A comunidade que se deixa alimentar pelo sentido mais pleno do que significa o verbo congregar, para a vida litúrgica da Igreja, sabe viver a liturgia como momento de atualização da *historia salutis*. Uma história que tem Cristo, como a cabeça de um grande corpo, que não pode se arrastar, mas com toda a sua fortaleza deve ser capaz de caminha, a fim de atrair e não dispersar os irmãos.

Diante de tal quadro, faz-se fulcral a ação da Pastoral Litúrgica. Cabe a esta pensar a partir da cultura e realidade, encontrar caminhos ou meios, para que de fato haja uma participação efetiva de todo o Povo de Deus na liturgia. Esta participação exigirá uma formação da própria comunidade eclesial para a consciência do culto.

Para os ministros e para todos os batizados, a formação litúrgica, em sua primeira acepção, não é algo que possa ser conquistado de uma vez por todas: uma vez que o dom do mistério celebrado supera a nossa capacidade de conhecimento, esse

empenho certamente deverá acompanhar a formação permanente de cada um, com a humildade dos pequenos, atitude que abre ao estupor (DD 38).

A mistagogia, um método antigo para levar à comunidade a consciência do mistério que celebramos, continua sendo um caminho salutar de condução dos membros da comunidade eclesial ao coração do Mistério Pascal e ao mesmo tempo o reconhecimento da importância e contribuição que o exercício de um ministério litúrgico assume na concretização deste caminhar para Deus.

O ponto de partida da mistagogia é o mistério presente na vida e revelado e celebrado na comunidade de fé. Na convivência e no diálogo com o mistagogo ou mistagoga, as pessoas que estão sendo iniciadas aprendem a perceber e interpretar a própria experiência do mistério em sua vida; vão descobrindo pouco a pouco a pessoa de Jesus, o Ressuscitado, agindo em sua realidade pessoal, comunitária e social (BUYST, 2011, 118).

O Reino de Deus não pode ser compreendido pelos cristãos como uma realidade abstrata. Na ação litúrgica ao rezarmos a oração do Pai Nosso, pedimos que Deus envie o seu Reino. Daqui decorre então o já e ainda não do Reino do Senhor. Jesus já o trouxe e no exercício do seu ministério, buscou comunicá-lo aos discípulos e a quantos o quisessem ouvir e segui-lo, através do testemunho dos apóstolos. Porém, a estrada para atingi a sua plenitude é longa.

Um dos importantes temas, no campo da Ciência Litúrgica legado pelo Concílio Vaticano II, foi o de despertar os cristãos da passividade que dominou as ações litúrgicas da Igreja, por muitos anos, para assumir um modo mais colegial de se celebrar. Todos são convocados a celebrar. Chegando aos 60 anos da SC, já não podemos mais permitir liturgias centradas nos bispos ou presbíteros. É preciso crescer, no meio eclesial a consciência de que como batizados não somos meros espectadores. Mas em uma ação litúrgica devemos nos deixar envolver pelo mistério que celebramos. “A atitude básica da pessoa que é iniciada não será a de um aluno ou estudante que vai assimilando e se apoderando de determinados conteúdos. Ao contrário, será convidado a tirar as sandálias como Moisés diante da sarça ardente” (BUYST, 2011, 119).

Neste ponto precisamos recordar que deixar envolver-se pelo mistério e colocar-se a serviço do culto, que alimenta a nossa fé, nos faz sensíveis aos apelos do Espírito e ministros de Deus na presidência de uma ação litúrgica, na proclamação da Palavra, no

conduzir os dons ao altar, no cantar as páginas das Escrituras, no tomar parte de uma assembleia. Em tudo isto, fazemos ver a todos, o Cristo que se faz presente e por meio do Espírito continua a atuar, em vista da santificação de toda a humanidade.

Transcorridos os 60 anos da SC, somos cômicos de que longa é a estrada para que a comunidade cristã tome consciência da importância da ministerialidade litúrgica, em referência ao processo de desenvolvimento das nossas assembleias. Desse modo, faz-se mister pensar como despertar em nossas assembleias a consciência para uma frutuosa ministerialidade.

Na SC encontramos uma resposta que nos ajuda a pensar e que perpassa pela compreensão de que ao promover e fomentarmos a vida litúrgica da comunidade eclesial, é preciso saber o que na liturgia pode ser tirado e aquilo que devemos manter. Nem todos os ministérios que contribuem com a celebração da liturgia na América Latina, se farão presentes em outros contextos eclesiais. O importante aqui é reconhecermos que toda ministerialidade deve nascer de uma necessidade e deve ser para a comunidade eclesial, um límpido e audacioso testemunho do cuidado dos cristãos para com outros cristãos. Na liturgia chegamos juntos para louvar e bendizer ao Senhor. E é dela que partimos para anunciar a força transformadora do evangelho. “Ao celebramos a liturgia, é o próprio Cristo que nos atinge e nos faz participantes do mistério da comunhão com ele, e com o Pai, no Espírito” (BUYST, 2011, 120).

No próximo item deste nosso estudo, desejamos nos ater ao tema da *ars celebrandi*. Este tema há muito vem sendo trabalhado e refletido pelos cientistas da liturgia. Isto porque, muitos a confundem com processos de teatralização do rito litúrgico. Vejamos a seguir o que podemos de modo sumário, apresentar sobre esta temática, pois ela dá o que pensar. Já como ponto de partida é preciso registrar que assembleia, ministérios e *ars celebrandi* se implicam e veremos as razões.

4. A urgência de conhecermos a *ars celebrandi*

Nos últimos tempos vem assumindo grande relevância a tratativa do tema da *ars celebrandi*. Isto se dá, pois é preciso resgatar, mesmo depois de 60 anos da publicação da SC o sentido pedagógico da liturgia. Pelos *ritus et preces*, somos conduzidos ao

interior do Mistério Pascal que somos exortados a celebrar. Todavia, a celebração deve acontecer de forma harmoniosa. Assim sendo, já podemos aqui registrar que *ars celebrandi* e Pastoral Litúrgica caminham juntas.

O *ars celebrandi* não pode ser reduzido à mera observância de um aparato de rubricas e tampouco pode ser pensado como uma fantasiosa – e às vezes selvagem – criatividade sem regras. O rito é, em si mesmo, uma norma, mas a norma nunca é um fim em si mesma, estando sempre a serviço da realidade mais elevada que quer custodiar (DD. 48).

Um dos propósitos da reforma e renovação da vida litúrgica da Igreja está em conduzir toda a assembleia a uma participação ativa, consciente, frutuosa e plena nas ações celebrativas da comunidade eclesial. Como sabemos, isto não se dá de qualquer forma. Para atingir tal escopo a comunidade que se reúne para celebrar, precisa ser formada na arte de bem celebrar. Porém, precisamos ressaltar que tal prática não pode se deixar levar, pelo desejo de teatralização da liturgia. As ações litúrgicas são sempre atos memoriais, que tornam presente o Cristo, o fundamento primeiro da comunidade eclesial. “O momento da ação celebrativa é o lugar no qual, por meio do memorial, se faz presente o Mistério Pascal, para que os batizados, em virtude de sua participação, possam experimentá-lo em suas vidas” (DD 49).

Os nossos primeiros irmãos na fé deixaram registrado na história, à necessidade de uma iniciação para se participar da Eucaristia. Isto nos é testemunhado pelo processo do catecumenato, caminho obrigatório, no passado, pelo qual todos deveriam passar, em vista de serem acolhidos na comunidade eclesial. A liturgia da Palavra era um dos meios eficazes, para formar os que desejavam fazer parte do Corpo Místico do Senhor. O caminho formativo era longo, no entanto, despertava nos futuros membros da comunidade cristã um forte sentido de pertença a Igreja e uma necessidade de atuarem na celebração, não permanecendo nela como meros espectadores. Dos cristãos primitivos aprendemos que tomar parte de uma assembleia, era participar com todo o nosso ser na celebração. É importante anotar que mesmo depois de iniciado, o neófito era acompanhado por um instrutor, que o ajudava na compreensão dos gestos, símbolos, sinais e palavras da liturgia. Este tempo era denominado de mistagogia.

No desdobramento da história da liturgia veremos num primeiro momento uma grande preocupação com o desenvolvimento da *ars celebrandi*. Todos os membros deveriam ser formados para bem celebrar (Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia da CNBB, 2019, p. 165-167). A liturgia era compreendida como um direito de todo o povo de Deus. Por isso, todos deveriam inteli-la como escola primeira para a formação de um discipulado de Cristo maduro e consciente. Entretanto, quando a liturgia começa a distanciar-se do povo e já não mais comunica com eficácia o mistério que ela convida a celebrar e atualizar, ela vai se tornando uma ação do clero e não de todos os batizados ou se preferirmos do povo sacerdotal.

A centralização da liturgia em mãos do clero, fez surgir ritos frios, incapazes de conduzir as pessoas ao encontro do mistério. Com isto a piedade popular que nos inícios da Igreja dialogava de forma salutar com a liturgia, pouco a pouco passa a existir de uma forma paralela. Isto na história acaba gerando alguns conflitos que serão resolvidos ulteriormente com o advento do Concílio Vaticano II. Há muitos que desconsideram o valor da piedade popular, dado que esta, se sobrepôs a liturgia, em tempos antigos. O Concílio de Trento tentou dar novo impulso a vida litúrgica da Igreja, porém, tal intento não atingiu os seus objetivos. Somente depois de muitos anos é que a Igreja viu uma nova primavera em relação a promoção de uma reforma e renovação da liturgia.

Por isso, depois do Concílio, a teologia litúrgica e sacramental substituiu a teoria da instrumentalidade pela teoria simbólica. Não entendemos mais os sacramentos e toda a liturgia como únicos momentos de encontro com Cristo/Ressuscitado, mas como momentos simbólicos que expressam e intensificam nossa imersão e participação no mistério de Cristo ao longo da vida, ao longo dos acontecimentos e dos encontros e desencontros humanos, nas experiências cotidianas, tanto pessoais como sociais e universais, no crescimento do Reino em nosso meio (BUYST, 2011, p. 186).

É preciso recordar, que um anseio de mudança na vida litúrgica fez surgir o Movimento Litúrgico, que ao lado dos Movimentos Bíblico e Patrístico deram novo impulso para a liturgia da Igreja. O contato abundante com a Palavra de Deus, com as fontes litúrgicas e os textos patrísticos cooperou para levar adiante uma ampla reforma e renovação da vida litúrgica da Igreja, a fim de recuperar a sua *ars celebrandi*. Pois “o povo/assembleia que celebra “sua” liturgia não é uma entidade abstrata, mas uma realidade concreta, com nomes e rostos diferentes (BUCCIOL, 2020, 153).

Um dos frutos maduros da reforma e renovação litúrgica, promovidas à luz da SC está a publicação do Novo Missal Romano, que hoje já se encontra na sua *Tercio Editio Typica*. Neste livro temos a passagem de um *ritus servandus* para a publicação de um *ordo missae*. Todavia, precisamos ressaltar aqui, que entre as muitas riquezas deste livro, está a sua Instrução Geral, que nos apresenta de forma sumária a Teologia da Celebração Eucarística, os ritos estabelecidos para celebrá-la, a sua dimensão pastoral e por fim como adaptá-la as diversas culturas, onde ela é celebrada, com o escopo de promover a *participatio actuosa* de toda à comunidade cristã. “O missal, compreendido como *ordo orationis*, isto é, como norma das palavras da oração da Igreja (textos) e norma dos gestos da oração da Igreja (rito) é, portanto, um lugar testemunhal emitente da relação entre *lex orandi* e *lex credendi* (BOSELLI, 2017, 135).

A Instrução Geral do Missal Romano (IGMR) é uma grande carta topográfica, que tem por finalidade introduzir os cristãos no livro próprio a ser utilizado pelo presidente da celebração eucarística. É interessante ressaltar, que toca àquele que preside a assembleia a arte de promover a participação de toda as pessoas que a compõem, na ação litúrgica. Presidindo a oração da comunidade, ele a faz não em nome de si mesmo, mas em nome de Cristo (BUCCIOL, 2020, 135). O exercício de tal ministerialidade deve se desenvolver de uma forma mistagógica. Por isso, na perspectiva do Movimento Litúrgico, que ainda está vivo em nosso meio, o que preside, ajuda a comunidade celebrante a viver o rito, como momento de atualização do Mistério Pascal (BUCCIOL, 2020, 56-57).

É partindo do sentido do Mistério Pascal para a comunidade cristã, que aquele que a preside exorta a todos a buscarem no rito e preces um caminho que nos leva ao encontro com o Senhor (BUCCIOL, 2020, 52-53). Com base na IGMR podemos afirmar, que a liturgia é a grande promotora de encontros com o Senhor. As celebrações litúrgicas cristãs, não podem nos afastar do Cristo, mas devem nos colocar em sua presença. Pois o *ordo missae* se apresenta a nós como um caminho mistagógico, onde as palavras, os sinais, os símbolos e gestos nos colocam em relação com o Senhor morto e ressuscitado. “Entregando o missal à Igreja, é como se a ela dissesse a si mesma: aqui está contida a tua oração. Ao mesmo tempo, é como se dissesse a cada cristão: aqui e não em outro lugar podes achar o canôn de tua oração” (BOSELLI, 2017, 135).

Diante disto, para que a celebração eucarística atinja o seu objetivo é preciso conhecê-la, nas suas entrelinhas. Tal conhecimento, nos vem através de uma leitura atenta da IGMR. Nela encontramos descrito os elementos da *ars celebrandi*, que nos ajuda a superar as adjetivações da missa, que apontam para uma instrumentalização das celebrações, em detrimento do seu escopo primeiro que é ser *fons et culmen* de toda a vida cristã.

A fim de promovermos a *participatio actuosa* dos membros da comunidade cristã na liturgia, faz-se necessário pensarmos uma Pastoral Litúrgica que contribua com a solidificação de projetos formativos, que atinja três grupos a saber: o clero, os que se preparam para abraçar a vida sacerdotal e o laicato. Todo este processo deve levar em conta que anteriormente aos ministérios que abraçamos, somos parte de um povo sacerdotal. Membros de um grande corpo cuja cabeça é Cristo (BUCCIOL, 2020, 35).

Quando nos colocamos a pensar sobre a *ars celebrandi*, um problema que se coloca é a dimensão formativa do clero. Os documentos do Concílio Vaticano II evidenciam em suas páginas a premente necessidade de conduzir os nossos presbíteros, a uma formação contínua em vista de uma sincera vivência do ministério na prática do pastoreiro, celebração e formação do povo de Deus. Uma preparação continua para bem celebrar o Mistério Pascal, contribui para o ampliamto da consciência de que a liturgia é uma escola fundamental de discípulos de Cristo (VIOLA, 2011, 322). Pois nela todos chegamos com nossas alegrias e tristezas, esperanças e decepções. Aqueles que são chamados a presidirem as assembleias litúrgicas, são os primeiros animadores e a exemplo de Cristo, mistagogos. Por isso, precisam conhecer em profundidade o que por exemplo nos diz a IGMR, sobre a figura do presidente da celebração (VIOLA, 2011, 323).

Mesmo depois de 60 anos da publicação da SC, ainda nos deparamos com liturgias que colocam em relevo o eu, desconsiderando o nós. Com isto colocam em xeque o sentido comunitário da liturgia. Como mistagogos, cabe aos presidentes da ação litúrgica, a importante tarefa de introduzir toda a comunidade cristã nos sinais, símbolos, gestos e palavras que ajudam a promover o encontro em a comunidade orate e Cristo, a cabeça deste povo. “Ao presbítero, portanto, não se pede só ser um homem de

oração: isso se pede a cada cristão. Ao presbítero se pede também que seja capaz de presidir a oração da Igreja, de ser servo da *ecclesia orans* (BOSELLI, 2017, 129).

Neste processo formativa para a *ars celebrandi*, faz se necessário pensar os processos de formação dos futuros ministros ordenados (Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia da CNBB, 2019, 15). É preciso evidenciar a importância do estudo da Teologia da Liturgia. Esta teologia se constrói de um modo interdisciplinar, em diálogo com outras ciências. Já é tempo de pensarmos um estudo litúrgico, que conduza aqueles que se preparam para assumir o mistério sacerdotal, a uma consciência de que a liturgia não é o estudo apenas das normas que regem a vida celebrativa da Igreja, mas é o mergulhar nos símbolos, gestos, palavras e sinais próprios que nos ajudam a rezar. O Papa Francisco fazendo referência ao estudo da liturgia nos seminários afirma em DD 39: “para além do estudo, devem oferecer a possibilidade de experimentar uma Celebração não somente exemplar do ponto de vista ritual, mas autêntica, vital, que permita viver a verdadeira comunhão com Deus, à qual deve tender também o saber teológico”.

A IGMR antes de nos falar das normas que auxiliam na realização de uma celebração harmoniosa, nos dá um conjunto de elementos teológicos, a fim de nos pontuar o que somos chamados a celebrar. Infelizmente, em tempos hodiernos assistimos a um grave problema no ensino da liturgia, isto é, uma disciplina tão importante, sendo ensinada por pessoas que não a conhecem, em profundidade. Um sério projeto de estudo e ensino da Ciência Litúrgica contempla visitarmos a sua história, teologia, antropologia e as normas para bem realizá-la. Isto com certeza nos ajudará a superar um tempo nebuloso, pelo qual passa a vida litúrgica da Igreja, em que se vive a tentação de voltar ao passado, onde a liturgia foi vista como algo apenas do clero, legando ao povo uma experiência de marginalização na celebração. É preciso sempre recordar que: “celebrar é um ato de comunhão (BUCCIOL, 2020, 51)

Um último elemento ao qual devemos nos referir ainda está o da formação de nossas lideranças comunitárias, o laicato. Se tudo na vida da Igreja conflui para a sua vida litúrgica, faz-se mister despertar, em todos os membros da comunidade eclesial, o sentido da importância de uma participação na liturgia com todo o nosso corpo, alma e espírito, que gera por meio da sua oração litúrgica um espírito de comunhão (BUSANI,

2011, 260). A consciência desta participação, nos faz compreender que o nosso acesso a liturgia não vem em primeiro lugar, pelo ministério que exercemos, mas pelo fato de pertencermos ao corpo de Cristo, como batizados. Por isso, somos um povo sacerdotal e é este sacerdócio fundamental, que nos abre as portas para assumirmos outros ministérios na Igreja. É preciso apresentar aos membros da comunidade cristã os tesouros da vida litúrgica. Este exercício os ajuda a entender, na esteira da SC o que é fomentar e promover a vida litúrgica da Igreja (BUCCIOL, 2020, p. 17).

Na busca de uma esmerada formação, para uma participação ativa do nosso laicato nas ações litúrgicas da Igreja podemos afirmar:

A liturgia é antes de tudo um ato corporal. Quando celebramos, os nossos gestos, as nossas palavras, o nosso comportamento serão justos se soubermos olhar sem agitação, se soubermos tomar sem nos apossarmos, ter firmeza sem possessão, respeitando as pausas, os interstícios, a distância entra a mão e o objeto, entre a boca e a palavra, entre a imobilidade e o movimento (CENTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA, 2015, 187).

Uma tarefa que se faz urgente a Pastoral Litúrgica na formação do laicato é a de ajudá-lo a entender o que é a liturgia, isto é, a oração da Igreja onde todos são chamados a tomar parte. Esta não é uma tarefa fácil, todavia, bem planejada não se torna impossível de ser realizada. Cabe à comunidade eclesial formar o laicato, para a compreensão de que:

Na liturgia, rezar é também escutar (ou fazer) uma leitura, escutar (ou fazer) uma homilia, fazer próprias as intenções da oração universal, fazer a procissão de entrada ou do ofertório. Todas essas ações, de fato, com as orações explicitamente formuladas que as acompanham, constituem a “oração da Igreja” às quais cada um toma parte (CENTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA, 2015, 108).

Em síntese, o exercício para a *ars celebrandi*, em vista da *participatio actiosa* nos ajuda a responder a quatro perguntas fundamentais como comunidade eclesial. As perguntas são as seguintes: O que celebramos? Como celebramos? Por que celebramos? Com quem celebramos? As respostas a estas questões nos chegam, à medida que adentramos o livro litúrgico e aqui citamos de modo particular a IGMR. Por *ritus et preces* entramos no coração do Mistério Pascal, e isto fazemos de uma forma comunitária e mistagógica, para fazer chegar a nossa prece ao Pai, por Cristo, no Espírito. Por isso, o conhecimento da arte de bem celebrar, nos oferece os elementos

para pensar uma liturgia viva, que nos exorta a viver a partir do mistério que somos chamados a celebrar e atualizar, *per ritus et preces*.

Considerações finais

A liturgia da Igreja é uma grande escola de formação para a vida cristã. Nela encontramos o alimento essencial para viver, testemunhar e celebrar o seguimento da pessoa de Jesus Cristo. Por isso, devemos sempre compreendê-la como caminho de encontro com o Senhor e momento fundamental de atualização da *historia salutis*.

O processo de reforma e renovação da vida litúrgica engendrado pelo Concílio Vaticano II, mesmo em meio a tantas intempéries continua vivo entre nós. Ainda há muito que se fazer para que sejam implementadas todas as indicações oferecidas pela SC, e ratificadas por Francisco na DD, em favor de liturgias que se tornem capazes de fazer ver a nobre simplicidade da liturgia romana.

Assusta-nos hoje as adjetivações da missa. Em algumas situações acabamos nos perguntando se de fato estamos participando de uma celebração eucarística ou de um espetáculo. Hoje mais do que nunca, precisamos à luz do Vaticano II resgatar o sentido primeiro das nossas ações litúrgicas e a sua força de congregar o povo de Deus, em torno de duas mesas a da Palavra e a da Eucaristia. Isto nos ajuda a pensar sempre no seu caráter de baquete, que nos convida a uma oração comunitária, que tem por ápice a celebração memorial da paixão, morte e ressurreição do Senhor.

A Pastoral Litúrgica continua sendo desafiada em nosso tempo a encontrar caminhos salutareis de formação de todo o corpo eclesial, em vista de uma *participatio actiosa*. Porém, a primeira formação pela qual passamos para compreendermos o mistério que celebramos, se dá na liturgia. Desse modo, é preciso corroborar que em nossas comunidades a prática de sermos formados para e a partir da ação ritual é o resgate do estupor da liturgia, que nos coloca na presença da Trindade e por conseguinte, nos faz conscientes de nossa tarefa missionária. Ser uma Igreja em saída que vive e evangeliza a partir do Mistério Pascal.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. *Liturgia: storia, celebrazione, teologia, spiritualità*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2010.
- BUCCIOL, A. *Liturgia, vida da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- BOSELLI, G. *O sentido espiritual da Liturgia*. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- BUSANI, G. *La risorsa educativa della liturgia*. In: Rivista Litúrgica 98 (2011), p. 255-270.
- BUYST, I. *O segredo dos ritos*. Ritualidade e sacramentalidade da liturgia cristã. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CARDITA, A. M. S. *Reforma litúrgica para quê? Revisitando a Sacrosanctum Concilium*. São Paulo: Loyola, 2018.
- CENTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA. *A arte de celebrar: guia pastoral*. Brasília: Edições CNBB, 2015.
- COLA, G. C. *O Sacramento-Assembleia. Teologia mistagógica da comunidade celebrante*. Petrópolis: PUC-Rio e Vozes Acadêmica, 2020.
- COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A LITURGIA DA CNBB. *Liturgia: fonte e ápice da vida e ação da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2007.
- ELBERTI, A. *A liturgia no Mistério da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2024.
- PAPA FRANCISCO. Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* sobre a formação do Povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2022.
- GRILLO, A. *Para além de Pio V. A Reforma Litúrgica após Traditionis Custodes*. São Paulo: Paulus, 2022.
- _____. *Ritos que educam: os setes sacramentos*. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- _____. *Eucaristia: ação ritual, formas históricas, essência sistemática*. São Paulo: Loyola, 2024.
- GUARDINI, R. *O Espírito da Liturgia*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2017a.
- _____. *Sinais Sagrados*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2017b.
- MADRIGAL, S. *El giro eclesiológico en la recepción del Vaticano*. Maliaño: Sal Terrae, 2017.
- MARSILI, S. A liturgia, momento histórico da salvação. In: NEUNHEUSER, B.; MARSILI, S. (org.). *Anámnese I*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 39-190.
- MARTIMORT, A. G. La assembleia litúrgica, misterio de Cristo. In: *Phase* 107 (2000), p. 27-50.
- MARTÍN, J. L. *A Liturgia da Igreja: Teologia, História, Espiritualidade e Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- PARANHOS, W. *O contexto litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica*. São Paulo: Paulus, 2022.
- VIOLA, Vittorio. *Educare i presbiteri all'ars celebrandi*. Rivista Litúrgica 98 (2011), p. 317-323.